

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

Detox das Redes

Sempre que viajo, estabeleço para mim mesma a regra de desligar o celular até o fim da viagem. Esse gesto funciona como um refúgio da rotina, permitindo-me deixar de lado mensagens, e-mails e notificações. Gosto das redes sociais e as uso diariamente, mas percebo que, para realmente entrar no clima de férias, preciso me desconectar de tudo que não esteja comigo presencialmente.

Essa experiência me aproxima da vivida por Ana, interpretada por Larissa Manoela, no filme *Modo Avião* (2020). Assim como eu, ela vive permanentemente conectada, até que uma mudança forçada para a casa do avô, sem Wi-Fi, a obriga a enfrentar um detox digital. No meu caso, são poucos dias; no dela, meses. Ainda assim, reconheço os mesmos estágios da ruptura com o celular.

Primeiro surge a abstinência: a inquietação de não checar fotos, mensagens ou novidades, acompanhada da sensação de estar perdendo o que acontece no mundo, o famoso *fear of missing out*. Depois, porém, vem a liberdade — uma leveza que nasce quando as cobranças desaparecem e o presente ganha mais nitidez.

No filme, Ana cria um novo vínculo com o avô; eu, por minha vez, me conecto de forma mais profunda aos lugares que visito. Acredito que se desconectar, independentemente do motivo, sempre resulta em um saldo positivo: longe das telas, o tempo parece se alongar. E quem não deseja mais tempo para aproveitar o que a vida oferece? Eu, certamente, desejo.

Texto Adaptado

TEIXEIRA, Adriana Maria Souza. Detox das Redes. In: MALULY, Luciano Victor Barros et al. (org.). *Crônicas para ler e ouvir* [recurso eletrônico]. São Paulo: ECA-USP, 2021. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/730/648/2404>. Acesso em: 21 nov. 2025.

Questão 01

Com base nas estratégias argumentativas presentes no texto "Detox das Redes", assinale a alternativa que melhor explicita o papel da intertextualidade na construção do ponto de vista da narradora.

- (A) A analogia estabelecida com a personagem fictícia limita-se a reforçar um argumento emocional, carecendo de função estrutural na argumentação.
- (B) A menção à obra cinematográfica visa aproximar o leitor da experiência da autora por meio de um enredo popular, sem aprofundar o sentido crítico do texto.

- (C) A intertextualidade tem função ilustrativa e didática, atuando como mero recurso retórico para suavizar a exposição de um ponto de vista pessoal.
- (D) A presença do filme introduz um elemento externo ao texto que fragiliza a coesão argumentativa ao depender de referências extratextuais para produzir sentido.
- (E) A referência ao filme funciona como reforço simbólico à experiência da narradora, ao espelhar, por meio da ficção, um percurso análogo de desconexão e reconfiguração de vínculos.

Questão 02

Considerando as operações de inferência e os sentidos implícitos no texto, assinale a alternativa cuja leitura apresenta coerência lógica e interpretativa com os efeitos de sentido produzidos pelo enunciado final: "E quem não deseja mais tempo para aproveitar o que a vida oferece?"

- (A) Estabelece uma dicotomia entre o tempo real e o tempo virtual, com objetivo de desvalorizar práticas modernas em favor de experiências analógicas.
- (B) Introduce uma conclusão normativa sobre o uso da tecnologia, com ênfase prescritiva e tom de apelo à mudança de comportamento.
- (C) Constitui uma pergunta retórica que reforça a argumentação anterior sobre os benefícios da desconexão e convida à reflexão sobre o uso consciente das tecnologias.
- (D) Aponta para uma crítica velada aos que se recusam a abandonar hábitos digitais, apesar dos malefícios conhecidos.
- (E) Sugere que o afastamento das redes sociais é uma prática exclusiva de pessoas que têm acesso ao privilégio do lazer prolongado.

Questão 03

Considere o seguinte trecho do texto "Detox das Redes":

"Primeiro surge a abstinência: a inquietação de não checar fotos, mensagens ou novidades, acompanhada da sensação de estar perdendo o que acontece no mundo, o famoso *fear of missing out*."

Assinale a alternativa que apresenta substituição sinônima mais precisa, respeitando o sentido do trecho e os efeitos semânticos pretendidos pela autora.

- (A) "Abstinência" por abandono definitivo.
- (B) "Novidades" por fofocas.
- (C) "Surge" por aparece fisicamente.
- (D) "Perdendo" por recusando.
- (E) "Inquietação" por ansiedade.

Questão 04

No trecho "Depois, porém, vem a liberdade — uma leveza que nasce quando as cobranças desaparecem e o presente ganha mais nitidez.", analisam-se o uso do

travessão e a ausência da vírgula após o termo "leveza". Acerca desses aspectos da pontuação, segundo a norma culta da língua portuguesa, assinale a alternativa correta.

- (A) O uso do travessão introduz um aposto explicativo de natureza subjetiva, e a ausência da vírgula após "leveza" é gramaticalmente justificada, pois o termo "que nasce..." funciona como oração subordinada adjetiva restritiva, cuja natureza impede o isolamento por vírgulas.
- (B) O travessão está inadequadamente empregado, pois interrompe a progressão temática da oração principal, e a ausência da vírgula após "leveza" caracteriza um desvio da norma, já que toda oração subordinada adjetiva deve ser isolada.
- (C) O trecho apresenta erro de pontuação, pois o travessão deveria ser substituído por dois-pontos e a oração subordinada adjetiva deveria vir entre vírgulas para indicar explicação.
- (D) O travessão funciona como sinal de elipse verbal, retomando o sujeito implícito da oração anterior, e a vírgula após "leveza" é obrigatória por preceder oração subordinada adjetiva que complementa o substantivo.
- (E) O uso do travessão tem apenas função enfática e estilística, sem respaldo na estrutura sintática, enquanto a ausência da vírgula após "leveza" é resultado de omissão, e não de escolha gramatical válida.

Questão 05

No trecho "Acredito que se desconectar, independentemente do motivo, sempre resulta em um saldo positivo...", o uso do pronome "se" está associado ao verbo no infinitivo "desconectar". A esse respeito, com base na norma culta da língua portuguesa, assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal.

- (A) A posição do pronome "se" antes de verbo no infinitivo é proibida, salvo em construções com verbos auxiliares, o que não se verifica no trecho analisado.
- (B) Trata-se de um caso de colocação facultativa, pois a oração subordinada permite tanto o uso de próclise quanto o de ênclise, sem prejuízo gramatical.
- (C) A colocação pronominal está correta, pois o pronome "se" é atraído pela conjunção subordinativa "que", fator que exige a próclise.
- (D) O uso de próclise com infinitivo é gramaticalmente inadequado, devendo-se empregar a ênclise "desconectar-se", independentemente do fator atrativo anterior.
- (E) O emprego da próclise está incorreto, pois a presença de pausa prosódica após "que" justifica o uso da ênclise para preservar o paralelismo sintático da oração.

Questão 06

No trecho "No meu caso, são poucos dias; no dela, meses.", o uso da vírgula e do ponto e vírgula revela aspectos sintáticos e estilísticos relevantes. A esse respeito, assinale a alternativa correta quanto ao valor e à justificativa normativa dessas marcas de pontuação

- (A) A vírgula empregada tem função enfática e facultativa, sendo dispensável segundo a norma culta; o ponto e vírgula marca uma pausa enfática, funcionando como substituto estilístico do ponto final.
- (B) A vírgula é obrigatória por marcar o início de uma oração subordinada adverbial; o ponto e vírgula atua como conectivo implícito, o que o torna preferível ao uso do ponto.
- (C) A vírgula é usada incorretamente, pois interrompe a continuidade sintática do sujeito, enquanto o ponto e vírgula deve ser evitado entre orações com sujeitos elípticos.
- (D) A vírgula após "No meu caso" isola um adjunto adverbial deslocado, conferindo clareza e fluidez ao enunciado; o ponto e vírgula, por sua vez, separa orações independentes entre si, mas semanticamente relacionadas por paralelismo sintático.
- (E) Tanto a vírgula quanto o ponto e vírgula são usados exclusivamente por conveniência rítmica, não tendo respaldo normativo formal, tratando-se de escolhas estilísticas do autor.

Questão 07

Considerando a estrutura argumentativa do texto e o efeito de sentido produzido pela organização sequencial dos parágrafos, avalie a função do parágrafo que inicia com "Primeiro surge a abstinência...". Assinale a alternativa correta.

- (A) Representa uma descrição episódica cuja função se restringe à exemplificação emocional de uma experiência sem valor argumentativo.
- (B) Introduce um ponto de inflexão que marca a transição entre a vivência pessoal e uma reflexão generalizada sobre os efeitos da tecnologia.
- (C) Apresenta uma reflexão tangencial que, embora relevante, não contribui diretamente para o reforço da tese principal do texto.
- (D) Atua como recurso conclusivo que retoma a experiência anterior e a projeta como modelo comportamental aplicável ao leitor.
- (E) Inicia a exemplificação do argumento central ao detalhar o processo de desconexão em estágios, compondo uma analogia com a superação de um vício.

Questão 08

No trecho "...vem a liberdade — uma leveza que nasce quando as cobranças desaparecem e o presente ganha mais nitidez", a autora recorre a expressões que

articulam o plano literal ao simbólico. Considerando o funcionamento semântico dessas expressões, assinale a alternativa que apresenta a leitura mais adequada quanto ao uso de sentido próprio e figurado.

- (A) As expressões "liberdade", "leveza" e "nitidez" são empregadas em sentido figurado, compondo um campo metafórico que traduz o alívio psicológico da desconexão e a intensificação da percepção do momento presente.
- (B) Apenas "nitidez" configura-se como sentido figurado, pois se refere à clareza emocional da autora, enquanto os demais termos mantêm sua literalidade.
- (C) O termo "leveza" é usado em seu sentido próprio, pois sugere a sensação física de deslocamento mais livre e desobstruído em espaços abertos.
- (D) A palavra "liberdade" opera em sentido denotativo, pois remete à ausência de restrição física, enquanto "leveza" e "nitidez" permanecem no plano conotativo.
- (E) "Cobranças desaparecem" constitui um exemplo de sentido literal, pois representa a eliminação de tarefas reais, não se enquadrando no campo das figuras de linguagem.

Questão 09

A análise semântica do trecho "o tempo parece se alongar" revela um recurso estilístico que contribui para a construção de sentido global do texto. Com base nisso, assinale a alternativa que apresenta a interpretação mais adequada do uso da expressão.

- (A) Alude à percepção física de tempo prolongado em função do tédio provocado pela ausência de estímulos digitais.
- (B) Representa a sensação subjetiva de ampliação do tempo provocada pela desconexão, contrastando com a compressão temporal imposta pela vida digital.
- (C) Reflete a idealização de um tempo utópico associado à infância ou à liberdade do passado, sem compromisso com a realidade atual.
- (D) Indica o modo como a autora opõe sua percepção à da personagem Ana, embora ambas compartilhem a mesma nostalgia do tempo vivido.
- (E) Demonstra a intenção de criticar os ritmos sociais impostos pelas tecnologias de informação, que aceleram o tempo e reduzem a vivência.

Questão 10

Na oração "Depois, porém, vem a liberdade — uma leveza que nasce quando as cobranças desaparecem e o presente ganha mais nitidez.", a expressão "vem a liberdade" não apresenta o acento indicativo de crase antes da palavra "liberdade". Acerca dessa construção, assinale a alternativa correta quanto à correção gramatical e à justificativa normativa.

- (A) O uso da crase seria facultativo, dependendo da intenção enfática do enunciador, podendo-se aceitar "vem à liberdade" ou "vem a liberdade" como variantes corretas.
- (B) O trecho está incorreto, pois, apesar de o verbo ser intransitivo, há uma elipse de preposição obrigatória, o que torna a ausência da crase um desvio da norma culta.
- (C) O trecho está gramaticalmente correto, pois o verbo "vir" é intransitivo e não exige preposição; portanto, a presença do artigo definido feminino "a" antes de "liberdade" não gera a fusão que exige o uso da crase.
- (D) O uso da crase seria obrigatório, uma vez que "liberdade" é substantivo feminino definido e, nesse contexto, a regência implica obrigatoriamente preposição.
- (E) Há erro gramatical, pois a regência do verbo "vir" exige a preposição "a" antes de complemento nominal feminino; assim, deveria haver o acento indicativo de crase antes de "liberdade".

Matemática

Questão 11

Uma impressora de escritório realiza, em média, 240 cópias em 12 minutos. Considerando que a máquina mantenha a mesma velocidade de impressão, quantas cópias serão realizadas em 30 minutos de funcionamento contínuo?

- (A) 620 cópias.
- (B) 600 cópias.
- (C) 640 cópias.
- (D) 560 cópias.
- (E) 580 cópias.

Questão 12

Uma equipe de apoio precisa montar 1.260 kits para um evento. Se 7 funcionários trabalham em ritmo constante e conseguem montar 60 kits por hora cada, quanto tempo total será necessário para finalizar todos os kits?

- (A) 4 horas.
- (B) 3 horas.
- (C) 6 horas.
- (D) 2 horas.
- (E) 5 horas.

Questão 13

Um laboratório recebeu três caixas de reagentes com massas de 2400g, 3750g e 4850g. Após a conferência, todo o material foi reunido em um único recipiente resistente. Qual a massa em Kg total armazenada?

- (A) 11,90 kg
- (B) 12,20 kg

- (C) 11,50 kg
- (D) 10,80 kg
- (E) 11,00 kg

Questão 14

Analise as afirmativas abaixo sobre regra de três e grandezas

I. Se 4 máquinas produzem 200 peças em 5 horas, então 8 máquinas, na mesma velocidade, produzem 400 peças em 5 horas.

II. 2,5 litros equivalem a 2.500 mililitros.

III. Uma área de 12 m × 8 m possui superfície de 80 m².

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas II e III estão corretas.
- (C) Apenas I e II estão corretas.
- (D) Apenas II está correta.
- (E) Apenas I está correta.

Questão 15

Uma fita de marcação possui 12 metros, e será cortada em pedaços de 150 cm cada para organização de setores de uma empresa. Quantos pedaços completos poderão ser obtidos?

- (A) 6 pedaços.
- (B) 8 pedaços.
- (C) 7 pedaços.
- (D) 9 pedaços.
- (E) 10 pedaços.

Conhecimentos Específicos

Questão 16

A Lei Federal nº 8.080/1990 estabelece os princípios, diretrizes e competências do Sistema Único de Saúde, incluindo ações de vigilância epidemiológica e sanitária. Já a Lei Federal nº 9.782/1999 cria o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e institui a ANVISA, definindo sua autonomia e funções regulatórias. O Decreto nº 3.029/1999 detalha sua estrutura e funcionamento. Considerando essa legislação, avalie as afirmativas a seguir como Verdadeiras (V) ou Falsas (F).

() A vigilância sanitária integra o campo de atuação do SUS, conforme definido na Lei nº 8.080/1990.

() A Lei nº 9.782/1999 afirma que a ANVISA não possui competência regulatória sobre medicamentos, concentrando-se apenas em alimentos.

() O Decreto nº 3.029/1999 regulamenta a organização e o funcionamento da ANVISA, reforçando suas atribuições de controle sanitário.

() A Lei nº 8.080/1990 define que ações de vigilância epidemiológica e sanitária são competências exclusivas

da União.

Assinale a alternativa correta.

- (A) V, F, F, V.
- (B) F, F, V, F.
- (C) V, F, V, F.
- (D) V, V, V, F.
- (E) F, V, V, V.

Questão 17

Durante vistoria em um estabelecimento comercial no Estado de Santa Catarina, a autoridade de saúde encontra resistência por parte do proprietário, que se recusa a permitir a entrada dos fiscais, não autoriza a coleta de amostras e afirma que somente "empresas de saúde" estão sujeitas às normas sanitárias. Em reunião posterior, a equipe de vigilância discute quais são, de fato, os deveres das pessoas físicas e jurídicas perante o Código Sanitário Estadual. De acordo com a Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, indique, entre as alternativas apresentadas, a única que está correta.

- (A) A Lei nº 6.320/1983 estabelece que toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no Estado de Santa Catarina deve colaborar com a autoridade de saúde, acatar inspeções, permitir coleta de amostras, prestar informações verídicas e cumprir normas e instruções destinadas à proteção da saúde da população e do ambiente.
- (B) A Lei nº 6.320/1983 autoriza o proprietário a negar informações de interesse sanitário à autoridade de saúde, sob alegação genérica de sigilo comercial, sem necessidade de fundamentação.
- (C) A Lei nº 6.320/1983 prevê que a colaboração com a autoridade de saúde é facultativa, cabendo ao proprietário decidir se permite ou não inspeções, desde que assine termo de responsabilidade.
- (D) A Lei nº 6.320/1983 determina que apenas estabelecimentos de saúde, como hospitais e clínicas, estão sujeitos às inspeções e ordens da autoridade sanitária, excluindo comércios e demais atividades econômicas.
- (E) A Lei nº 6.320/1983 aplica-se apenas a pessoas físicas, não alcançando pessoas jurídicas de direito público ou privado, que se subordinam exclusivamente à legislação federal.

Questão 18

Durante um curso de atualização, a equipe de vigilância sanitária discute o conceito legal de vigilância sanitária previsto na Lei nº 9.782/1999. Alguns profissionais afirmam que a atuação se restringe à fiscalização de estabelecimentos de saúde, enquanto outros lembram que produtos, serviços e ambientes que possam representar risco à saúde também são objeto da vigilância. Com fundamento na Lei Federal nº 9.782/1999, que define o conceito e o âmbito de atuação

da vigilância sanitária, identifique, entre as alternativas apresentadas, a única que está correta.

- (A) A Lei nº 9.782/1999 define vigilância sanitária como o conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse à saúde, abrangendo produtos, serviços, processos e ambientes que possam causar risco à população.
- (B) A Lei nº 9.782/1999 define vigilância sanitária exclusivamente como a fiscalização de hospitais, clínicas e consultórios médicos, não incluindo produtos, ambientes e demais serviços.
- (C) A Lei nº 9.782/1999 limita o campo de atuação da vigilância sanitária à análise laboratorial de alimentos, sem prever ações sobre serviços de saúde, medicamentos, cosméticos ou saneantes.
- (D) A Lei nº 9.782/1999 restringe a vigilância sanitária aos produtos importados, não alcançando bens e serviços produzidos e comercializados dentro do território nacional.
- (E) A Lei nº 9.782/1999 considera vigilância sanitária apenas as ações de educação em saúde voltadas ao público, não incluindo inspeções, interdições, apreensões de produtos ou aplicação de sanções administrativas.

Questão 19

Em uma oficina de formação para novos fiscais sanitários, discute-se o campo de atuação do Sistema Único de Saúde à luz da Lei nº 8.080/1990. Parte do grupo entende que o SUS se restringe à assistência médico-hospitalar individual, enquanto outros defendem que o sistema também responde por ações de vigilância, saneamento e saúde do trabalhador. Diante da necessidade de alinhar a atuação dos servidores ao texto legal atualizado, pergunta-se: segundo a Lei nº 8.080/1990, qual alternativa expressa corretamente o campo de atuação do SUS?

- (A) O campo de atuação do SUS restringe-se à assistência individual em consultas e internações, não abrangendo vigilância sanitária, saúde do trabalhador ou saneamento básico, que são de responsabilidade exclusiva de outros setores.
- (B) O campo de atuação do SUS refere-se exclusivamente à população economicamente ativa, sendo os demais grupos atendidos apenas em campanhas de vacinação e ações esporádicas.
- (C) O campo de atuação do SUS limita-se às ações de promoção da saúde, sendo a proteção e a recuperação da saúde de responsabilidade exclusiva da iniciativa privada contratada.

- (D) O campo de atuação do SUS inclui ações de vigilância sanitária e epidemiológica, saúde do trabalhador, assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica, e participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico, além de outras ações de promoção, proteção e recuperação da saúde.
- (E) O campo de atuação do SUS compreende apenas o atendimento médico-hospitalar prestado pela União, não alcançando serviços estaduais, municipais nem ações de caráter coletivo.

Questão 20

Em um processo de organização da Rede de Atenção à Saúde, um município discute com o estado a pactuação de serviços de média e alta complexidade, envolvendo referências para exames especializados e internações. Durante a reunião, alguns gestores afirmam que o Sistema Único de Saúde é formado apenas pelos serviços públicos, não sendo possível contratar serviços privados para compor a rede. Outros, porém, defendem que a participação complementar da iniciativa privada está prevista na legislação do SUS. Tendo por referência a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, escolha, dentre as alternativas abaixo, a única que apresenta a afirmação correta.

- (A) A Lei nº 8.080/1990 autoriza a participação da iniciativa privada no SUS sem necessidade de contrato, convênio ou controle estatal, bastando que o estabelecimento se declare "prestador do SUS" para integrar a rede.
- (B) A Lei nº 8.080/1990 restringe a complementação pela iniciativa privada apenas a hospitais filantrópicos, proibindo a contratação de qualquer instituição privada com fins lucrativos para prestação de serviços ao SUS.
- (C) A Lei nº 8.080/1990 estabelece que é vedada, em qualquer hipótese, a contratação de serviços privados pela administração pública em saúde, devendo toda a assistência ser prestada exclusivamente em estabelecimentos próprios do SUS.
- (D) A Lei nº 8.080/1990 prevê que a iniciativa privada pode participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato ou convênio, sob controle do poder público, respeitados os princípios e diretrizes do SUS, quando as disponibilidades do setor público forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.
- (E) A Lei nº 8.080/1990 admite a participação privada apenas em ações de promoção da saúde, sendo proibida a contratação de serviços privados para exames complementares, internações ou procedimentos de média e alta complexidade.

Questão 21

Durante uma ação educativa em escola pública de Santa Catarina, a equipe de vigilância sanitária explica aos

professores que a legislação estadual não trata apenas de punições, mas também dos direitos e deveres básicos das pessoas em relação à própria saúde e à saúde coletiva. Um docente questiona se o cidadão pode exigir do poder público ações de proteção à saúde, sem, contudo, ter qualquer obrigação de colaborar com as medidas sanitárias. À luz do Decreto nº 24.622/1984, que regulamenta dispositivos da Lei nº 6.320/1983 referentes aos direitos e deveres básicos da pessoa em saúde, identifique, dentre as alternativas apresentadas, a única que está correta.

- (A) O Decreto nº 24.622/1984 dispõe apenas sobre a organização interna da Secretaria de Saúde, não tratando especificamente de direitos e deveres básicos da pessoa relacionados com a saúde.
- (B) O Decreto nº 24.622/1984 explicita que a pessoa tem direito à proteção e à promoção da saúde, mas também o dever de adotar práticas higiênicas, colaborar com as autoridades sanitárias, cumprir normas e não colocar em risco a própria saúde e a de terceiros, harmonizando direitos e deveres em matéria de saúde.
- (C) O Decreto nº 24.622/1984 restringe os direitos básicos relacionados à saúde apenas às pessoas atendidas em serviços públicos, excluindo usuários de serviços privados e habitantes de outros estados.
- (D) O Decreto nº 24.622/1984 prevê que os deveres da pessoa relacionados com a saúde se limitam ao pagamento de tributos, não abrangendo condutas individuais como higiene, vacinação ou respeito às medidas de vigilância sanitária.
- (E) O Decreto nº 24.622/1984 estabelece que os direitos à saúde são absolutos e independem de qualquer dever do indivíduo, que pode recusar-se a cumprir normas sanitárias sem qualquer consequência administrativa.

Questão 22

Durante inspeção em um estabelecimento de alimentos no Estado de Santa Catarina, a equipe de vigilância sanitária constata reincidência em irregularidades graves, como falta de higiene, alimentos vencidos e ausência de licença sanitária. Diante da situação, discute-se qual medida adotar, à luz do Decreto Estadual nº 23.663/1984, que regulamenta as infrações e penalidades previstas na Lei nº 6.320/1983. Alguns fiscais defendem apenas advertência verbal, enquanto outros sugerem interdição imediata e aplicação de multa. Com base no Decreto Estadual nº 23.663, de 16 de outubro de 1984, selecione, entre as alternativas abaixo, a única que corresponde ao conteúdo correto.

- (A) O Decreto nº 23.663/1984 determina que, qualquer que seja a infração sanitária, a autoridade deve aplicar exclusivamente multa, não sendo permitidas outras sanções como interdição ou apreensão de produtos.

- (B) O Decreto nº 23.663/1984 regulamenta as infrações sanitárias e as penalidades da Lei nº 6.320/1983, prevendo gradação das sanções conforme a gravidade da infração, o dano à saúde, a circunstância de reincidência e o histórico do infrator, podendo incluir advertência, multa, apreensão, interdição e cassação de licença, mediante processo administrativo.
- (C) O Decreto nº 23.663/1984 restringe a aplicação de suas penalidades apenas a estabelecimentos de saúde, como hospitais e clínicas, excluindo do seu alcance bares, restaurantes, indústrias e demais atividades econômicas.
- (D) O Decreto nº 23.663/1984 estabelece que a aplicação de penalidades sanitárias independe da instauração de processo administrativo, bastando a decisão verbal do fiscal no momento da inspeção.
- (E) O Decreto nº 23.663/1984 prevê que, em caso de reincidência, a autoridade sanitária está obrigada a aplicar somente advertência escrita, sendo vedada a interdição do estabelecimento ou a cassação de licença.

Questão 23

Em um município de médio porte, a equipe da Vigilância em Saúde participa de uma oficina de planejamento das ações do Sistema Único de Saúde, na qual surgem dúvidas sobre o alcance da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Alguns gestores defendem que o município pode restringir o acesso aos serviços de saúde apenas às pessoas com vínculo previdenciário, enquanto outros afirmam que a participação da comunidade é apenas facultativa. Considerando o que dispõe a Lei nº 8.080/1990 sobre os princípios e a organização do Sistema Único de Saúde, agora, abaixo selecione a alternativa correta:

- (A) A Lei nº 8.080/1990 prevê que a participação da comunidade nas ações e serviços de saúde é facultativa, não sendo considerada diretriz organizativa do Sistema Único de Saúde.
- (B) A Lei nº 8.080/1990 restringe seu campo de atuação apenas às ações de assistência individual, excluindo a promoção, a proteção e a recuperação da saúde coletiva como responsabilidades do Sistema Único de Saúde.
- (C) A Lei nº 8.080/1990 estabelece que as ações e serviços de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único organizado com base na universalidade do acesso, integralidade da assistência, descentralização com direção única em cada esfera de governo e participação da comunidade.
- (D) A Lei nº 8.080/1990 define que o acesso aos serviços de saúde públicos pode ser restrito às pessoas que contribuem para a previdência social, cabendo aos demais usuários somente ações de promoção da saúde.

(E) A Lei nº 8.080/1990 determina que a gestão do sistema de saúde deve ser centralizada na União, podendo os estados e municípios atuar apenas como executores de ações previamente definidas pelo Ministério da Saúde.

Questão 24

Em uma reunião de planejamento das ações de fiscalização sanitária municipal, a coordenação de vigilância discute o papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária frente à circulação de medicamentos, alimentos e produtos sujeitos a controle sanitário. Alguns servidores acreditam que a ANVISA atua apenas como laboratório de análises, enquanto outros entendem que ela substitui completamente os estados e municípios nas ações de fiscalização. Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, qual alternativa está correta?

- (A) A Lei nº 9.782/1999 estabelece que a ANVISA é órgão exclusivamente consultivo, sem poder de regulamentar, fiscalizar ou aplicar sanções sobre produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária
- (B) A Lei nº 9.782/1999 define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a ANVISA como autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com a finalidade de coordenar o sistema, regular e controlar produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, em articulação com os entes estaduais e municipais.
- (C) A Lei nº 9.782/1999 prevê que o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária é formado apenas pela ANVISA e pelo Ministério da Saúde, excluindo os órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais de sua estrutura.
- (D) A Lei nº 9.782/1999 determina que, após a criação da ANVISA, os estados e municípios ficam desobrigados de executar ações de vigilância sanitária, sendo tais atividades concentradas apenas na esfera federal.
- (E) A Lei nº 9.782/1999 restringe o campo de atuação da ANVISA apenas a medicamentos e fármacos, não incluindo alimentos, cosméticos, saneantes, serviços de saúde e demais produtos submetidos à vigilância sanitária.

Questão 25

Durante uma capacitação para novos fiscais sanitários, a coordenação do serviço explica que, além da Lei nº 9.782/1999, o Decreto Federal nº 3.029/1999 é fundamental para compreender a estrutura organizacional, o funcionamento e as competências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Alguns participantes, porém, acreditam que o decreto apenas "repete a lei" e que não há repercussão prática para o trabalho cotidiano da vigilância sanitária local. Com base no Decreto Federal nº 3.029, de 16 de abril de 1999, assinale apenas uma das alternativas a seguir, indicando aquela que está correta.

- (A) O Decreto nº 3.029/1999 determina que a ANVISA passe a ser empresa pública de direito privado, desvinculada do Ministério da Saúde, atuando apenas em atividades de consultoria técnica para o setor produtivo.
- (B) O Decreto nº 3.029/1999 aprova o Regulamento da ANVISA, detalha sua estrutura organizacional, estabelece competências de suas unidades, disciplina o exercício do regime especial de autarquia e reforça seu papel de coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária em articulação com estados e municípios.
- (C) O Decreto nº 3.029/1999 estabelece que a ANVISA substitui integralmente os órgãos estaduais e municipais de vigilância sanitária, assumindo sozinha a fiscalização de todos os estabelecimentos de interesse à saúde no território nacional.
- (D) O Decreto nº 3.029/1999 extingue as competências regulatórias da ANVISA, restringindo sua atuação exclusivamente a atividades laboratoriais de análise de produtos sujeitos à vigilância sanitária.
- (E) O Decreto nº 3.029/1999 limita-se a criar o Sistema Único de Saúde e seus princípios doutrinários, sem tratar de forma específica da organização e funcionamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.